



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2023

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2023

<b>OBJETO</b>	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA
---------------	----------------------------

<b>FUNDAMENTO LEGAL</b>	Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações
-------------------------	---

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>339039-58</b> – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica – Serviços de Telecomunicações
-----------------------------	--



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

### SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA

Sra. Chefe do Departamento de Compras  
Dulcilene Lourenço de Oliveira Freire

Solicito a renovação do serviço de telefonia fixa comutado (STFC) nas modalidades local e longa distância, destinado ao tráfego de chamadas entre a rede pública de telefonia (RTPC) e a central privada de comutação telefônica (CPCT), tipo PABX digital, por meio de acesso digital (E1) e serviço de DDR (discagem direta a ramal) com 30 canais e no mínimo 100 ramais junto a operadora OI.

Justificativa: O serviço de telefonia fixa que temos hoje atende a todos os departamentos e aos gabinetes de vereadores, respeitando todas as regulamentações e requisitos estipulados por essa casa de leis.

Jataí, 10 de janeiro de 2023.

Lívio de Assis Costa  
Chefe de Tecnologia e infraestrutura



**MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

**REQUISIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO**

**Requisição:** 829

**Situação:** APROVADO

**Departamento:** 108 - SEÇÃO DE TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

**Data Solicitação:** 10/01/2023

**Usuário Análise:** DULCILENE LOURENCO DE OLIVEIRA FREIRE

**Data Análise:** 03/02/2023

**Observação:** SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA

Item	Qtd. Aprovada	Unidade	Vlr.Unitário	vlr.Total	Saldo	Produto/Serviço
1	12,000	UNIDADE	0,0000	0,0000	0,0000	2931 - TELEFONIA FIXA

**Observação**

**TOTAL PRODUTO:** 1

**TOTAL GERAL:** 0,00



**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

Comprovante de Autuação de Processo

Número do Processo

**45/2023**

WWW.JATAI.GO.LEG.BR

Órgão de Origem

**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

Departamento de Origem

**DEPARTAMENTO DE INFORMATICA**

Interessado

**LIVIO DE ASSIS COSTA**

Assunto

**SOLICITACAO SERVICO DE INFORMATICA**

Data/Hora

**31/01/2023 19:29**

Resp. Autuação

**LIVIO DE ASSIS COSTA**

Descrição Resumida

**Solicito a renovac, a~o do servlc, o de telefonla fixa**

---

**LIVIO DE ASSIS COSTA**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**CNPJ: 76.535.764/0001-43**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 05:24:10 do dia 18/01/2023 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 17/07/2023.

Código de controle da certidão: **BAFB.899A.CE81.B279**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 76.535.764/0328-51  
**Razão Social:** OI S A  
**Endereço:** ROD BR-153 S/N KM-06 PARTE / VILA REDENCAO / GOIANIA / GO / 74845-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 28/01/2023 a 26/02/2023

**Certificação Número:** 2023012820535613377978

Informação obtida em 03/02/2023 13:19:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





## PROCURADORIA JURÍDICA

### PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

### Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

**"9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma." (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido**

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.





## Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*... omissis*

*II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea “a”, referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

*“Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*





*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e*

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."*

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descurar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

4

## Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreta amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora Jurídica**

RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919  
104

Assinado de forma digital por  
RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919104  
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## ANEXO

### ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo nº 45/2023, que objetiva a contratação de empresa OI S/A, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 10/01/2023

  
**Dulcilene L. de Oliveira Freire**  
Chefe do Deptº de Compras



# Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo


## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339039 / 58 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Serviços de Telecomunicações** suficiente para ocorrer despesas com este tipo de serviço para a Câmara Municipal de Jataí.

**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária nesta dotação no valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 10 de janeiro de 2023.

  
Adonae Augusto Pereira  
TC CRC GO 2210/0-4



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI  
C.N.P.J.: 24.858.805/ 0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

**CERTIFICADO DE REGULARIDADE**

Certifico para os devidos fins que a presente  
despesa foi atestada

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO**

SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO Nº DECRETO: 0000042015

**1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1.1 - CÓD.		1.2 - DOCUMENTO					1.3 - FONTE DE RECURSOS			1.4 - NÚMERO	
7351		NOTAS DE EMPENHO					Recursos Não Vinculados de Impostos / Recurso:			-1	
1.5 - DATA DE EMISSÃO		1.6 - NÚMERO DO PROCESSO			1.7 - TIPO		1.8 - FICHA		1.9 - SALDO ANTERIOR		
10/01/2023		0010123/23			ESTIMATIVO		0017.000				
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR		
2023	01	01	01	0139	031	2.001	3.3.90.39.58	100.000	14.400,00		
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL		
CAMARA MUNICIPAL											
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									1.23 - REQUISIÇÃO		
MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL											


**2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR**

2.1 - NOME		2.1 - CPF OU CNPJ		
OI S/A - BRASIL TELECOM		76.535.764/0328-51		
2.3 - ENDEREÇO		2.4 - MUNICÍPIO		2.5 - UF
ROD. BR 153 S/Nº - KM 06 - PARTE		GOIANIA		GO

**3 - HISTÓRICO**

3.1 - ESPECIFICAÇÃO	
EMPENHO PARA PAGAMENTO DE TELEFONIA FIXA PARA A CMJ.	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO	4.2 - VALOR
(QUATORZE MIL E QUATROCENTOS REAIS)	14.400,00

ABIMAEI SOUZA SILVA  
CPF: 820.941.871-87  
PRESIDENTE

  
ADONAE AUGUSTO PEREIRA  
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210/0-4GO  
CONTADOR



**MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**  
**Praça da Bandeira**

PÁGINA 1

**SOLICITAÇÃO DE COMPRA**

**Código Data**

763 10/01/2023

**Intituição**

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

**Natureza da Compra**

DISPENSA

**Descrição**

**Departamento**

DEPARTAMENTO DE INFORMATICA

**Finalidade**

**Processo**

45 - Solicito a renovac,a-o do servic,o de telefonia fixa

**Situação**

APROVADO

**Dotação Orçamentária**

**Ficha**

0017.000

**Elemento**

33903900

**Especificação**

Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica

**Função**

1 - LEGISLATIVA

**Fonte**

100 - Recursos Não Vinculados de Impostos

**Subfunção**

31 - Acao Legislativa

**Ação**

MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL

**Programa**

PROCESSO LEGISLATIVO

**Produtos**

Código	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor ref.	Total
2931	TELEFONIA FIXA	UNIDADE	12,00	1.200,00	14.400,00
Valor Total da Solicitação:					14.400,00

**VENCEDORES**

Fornecedor	Nº Item	Produto / Serviço	Un.Medida	Quantidade	Vr Unitário	Vr Total
OI S/A - BRASIL TELECOM	1	TELEFONIA FIXA	UNIDADE	12,00	1.200,00	R\$ 14.400,00

**Valor Total: R\$ 14.400,00**